

A GUERRA DO CONTESTADO E A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

CONTESTADO'S WAR AND THE COLONIZATION EXPANSION

Delmir José Valentini*
José Carlos Radin**

Resumo: Pretende evidenciar que a guerra fratricida do Contestado, na segunda década do século XX, insere-se no contexto da expansão da colonização do chamado “sertão catarinense”. No período, era pensamento corrente que suas imensas áreas, “desocupadas” e “mal aproveitadas”, devessem ser colonizadas por indivíduos capazes de contribuir para a colocação do Brasil nos trilhos da modernidade. As representações construídas procuravam descaracterizar as populações locais e defender os colonizadores, migrantes brancos de origem européia. Um dos aspectos dessas representações se ancorava na ideia de trabalho atribuída aos diferentes grupos. A Guerra contribuiu para reforçar tais representações e para criar as condições que impulsionaram o processo de colonização.

Palavras-chave: Guerra do Contestado. *Brazil Railway Company*. Colonização.

Abstract: It want to show that the fratricidal war of the Contestado in the second decade of the twentieth century, it introduces in the context of the expansion of colonization in Santa Catarina's country. During this period, it was commonly thought that its huge areas, “otiose” and “poorly utilized,” they were colonized by individuals who contributed to put Brazil on track to modernity. The representations constructed wanted mischaracterize the local population and defend the colonizers, white Europe migrants. One of the aspects of these representations is anchored in the idea of work assigned to different groups. The war helped to strengthen the representations and to create conditions that promoted the colonization process.

Keywords: Contestado War. *Brazil Railway Company*. Colonization.

* Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó.
E-mail: valentini@uffs.edu.br

** Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó.
E-mail: radin@uffs.edu.br

UM OLHAR SOBRE A GUERRA

Contestado e colonização açambarcam temáticas de pesquisas amplas e possibilitam diálogos entre si. Pretende-se neste artigo estabelecer possíveis relações a partir de uma interpretação do contexto histórico regional, no início do século XX.

A Guerra do Contestado eclodiu com o combate do Irani no ano de 1912, porém é possível encontrar condicionantes anteriores e a partir da formação da *Brazil Railway Company*, que além de construir a ferrovia entre os rios Iguaçu e Uruguai, também atuou pioneiramente nos ramos madeireiro e colonizador. Para situar o conflito, antes de encontrar condicionantes externos, se faz necessário uma breve descrição dos fatores internos relacionados ao modo de vida e a situação dos moradores da região do Contestado, protagonistas da Guerra do Contestado.

A questão dos limites interestaduais, com as constantes disputas entre Paraná e Santa Catarina, gerou indefinições e a existência de um grande número de posseiros mostrava que no final do século XIX a condição da maioria dos moradores era precária, pois viviam em improvisados ranchos como agregados e peões, dependendo de fazendeiros e prestando serviços rudimentares. A violência fazia parte do cotidiano dos desprovidos moradores e, no dizer de Duglas Teixeira Monteiro¹, eram vítimas da violência costumeira, já que a única possibilidade de ascensão social estava na propriedade da terra e esta, era indivisível e acessada apenas pelos grupos que tinham influência junto aos políticos da esfera estadual ou federal.

Com o advento da República o controle sobre as “terras devolutas”, antes de responsabilidade da União, passou para os estados, condição que em geral acelerou as concessões aos fazendeiros. Amparados pela lei de terras de 1850, registravam propriedades no contexto das disputas de divisas, agravando a situação das populações locais. Diante da desapropriação é compreensível a nostalgia que essas populações tinham do Império, pois, embora ignorados, os moradores viviam certo sossego em seus ranchos. Como bem observou Cabral², lembraram-se deles apenas no momento de “expulsá-los”.

O modo singular de vida dos moradores da região do Contestado favoreceu a aceitação de conselhos, crenças em profecias e em castigos sobrenaturais, próprias do catolicismo popular. Para Vinhas de Queiroz, esta situação tinha causas sociais bem definidas e assim as descrevia:

Mágicos ou sacerdotes, todos esses homens e mulheres eram agentes através dos quais aquela sociedade arcaica e patrimonialista acreditava poder alcançar num plano sobrenatural o que lhe era negado pelo atraso técnico ou pela injustiça - real e imaginária - das relações existentes entre os homens.³

Para Monteiro, na forma simplificada de religiosidade a figura do monge era inseparável da vida sertaneja e, ao contrário do padre, se tornou parte integrante do modo de vida. No mundo religioso rústico o monge exercia o papel do padre, “realizando práticas mágico-religiosas ligadas ao tratamento de moléstias, a recursos de auto defesa e proteção, à tradição das festas dos padroeiros locais”.⁴

A historiografia registrou o desaparecimento de João Maria de Jesus no início do século XX. Após restaram as lembranças das pessoas mais idosas, exaltando-o como mensageiro do bem. Venerado como um santo era consolo e esperança dos moradores simples que sofreram com as transformações protagonizadas pela conclusão da ferrovia e pelo avanço da colonização.

No ano de 1911 ocorreu a seca da taquara, a qual provocou uma invasão dos ratos aos ranchos, devorando o que encontravam e acabando com a escassa provisão de alimentos para o sustento cotidiano, bem como das sementes para o novo plantio. Paralelo a isso, davam-se as primeiras expulsões dos posseiros que moravam nas terras concedidas pelo governo à *Brazil Railway Company*. Não bastasse isso, surgiram boatos que João Maria havia reaparecido em Campos Novos. Quem apareceu, de fato, foi um curandeiro que, tão logo ficou famoso, fez-se conhecer por José Maria de Santo Agostinho. Depois de permanecer por um tempo, rumou para Taquaruçu onde participou da festa do Senhor Bom Jesus. Demerval Peixoto descreveu a fama repentina de José Maria, as aglomerações que ocorreram em torno dele enquanto líder espiritual e articulador e profeta sertanejo:

Aos quadros santos afluíram logo as pobres e as ricas gentes que tinham o mal no corpo. Ao novo acampamento do profeta chegaram supersticiosos de todas as distâncias. Pelos quarteirões do Contestado a fama do novo monge ganhou vulto e cedo contava defensores de pistola à cinta. Curados ou não, todos que cercavam o novo profeta eram seus adeptos decididos. A disciplina se fez necessária entre os elementos díspares que abarracavam em redutos: - o “poder espiritual” por si só não continha as massas e foram instituídos o comando do acampamento, o comando da forma, o comando da reza.⁵

Salienta Cabral que José Maria simpatizava com o regime monárquico, “imperando certa forma deturpada de saudosismo nas pregações”. Diz que os problemas mais graves tinham outras origens, pois aquelas pessoas que rodeavam o monge, na maioria, haviam sido “expulsos das terras, haviam ficado sem domicílio certo, sem fontes de trabalho e de renda, resultado da concessão feita à São Paulo-Rio Grande”.⁶

Depois de protagonizar uma disputa com um coronel de Curitiba e ser acusado de monarquista, José Maria rumou com seu séquito para o Irani, atravessando o rio do Peixe e se estabelecendo nas terras pretendidas pelo estado do Paraná na secular disputa com Santa Catarina. O governador do Paraná julgou tratar-se de manobras do governador catarinense, a fim de defender a área contestada com tropas federais e garantir a execução da sentença do Supremo Tribunal Federal relacionada aos limites. As notícias agitaram o país. No Paraná, os ânimos se inflamaram. Como frisou Cabral, a ida de José Maria com seu séquito para o Irani foi interpretada como invasão de “um bando armado de catarinenses” na zona litigiosa.⁷

Diante disso as tropas do Regimento de Segurança do Paraná mobilizaram-se. Comandadas por João Gualberto Gomes de Sá Filho, dirigiram-se ao município de Palmas e, depois, para o Irani. Na madrugada do dia 22 de outubro de 1912, à frente de 64 homens, João Gualberto atacou o reduto, onde havia pouco mais de 200 sertanejos.

Uns a cavalo, outros a pé, eles (sertanejos) evitaram ao máximo o tiroteio e atravessando uma funda canhada onde desapareciam da vista das forças legais, caíram de supetão, a garrucha e a facão de pau, sobre os soldados. O auge do combate se produziu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta, José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo a força do Paraná, João Gualberto - que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo - foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos.⁸

Enterrados os mortos, os sertanejos se dispersaram pela região. Os que ainda tinham rancho voltaram para casa. “Empregados da estrada de ferro à margem do rio do Peixe, informaram que diversos fanáticos passaram para Santa Catarina conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave”.⁹ Nem mesmo um destacamento da força policial do Paraná reforçado pelo Exército, envolvendo milhares de combatentes, foi capaz de situar ou prender os combatentes do séquito de José Maria. Os sertanejos voltaram para seus ranchos, dispersaram-se, fugiram para dentro de si mesmos. Permaneceram por algum tempo internados nas matas da região. Por mais de um ano não se ouviu falar em “Quadro Santo, Monarquia, Pares de França...” Do Irani, carregaram o desgosto pela morte do líder e as armas abandonadas pelos soldados. Eram os “errantes do novo século”, gente que andava sem destino e que alimentava a crença na ressurreição de José Maria, como bem os definiu Duglas Teixeira Monteiro.

A primeira cidade santa apareceu no final do ano de 1913. Eusébio Ferreira dos Santos, lavrador de Perdizes Grandes, esteve com José Maria antes

da partida para o Irani. As notícias do combate, da morte e do presságio da ressurreição de José Maria chegaram até ali e foram acolhidas com veneração. Eusébio e seu compadre Manoel Alves de Assunção Rocha, que cultivavam obstinada devoção a José Maria, trataram de difundir os acontecimentos. Em dezembro daquele ano Eusébio e sua família, levando alguns gêneros de primeira necessidade, peregrinaram até Taquaruçu, local onde José Maria havia acampado antes da partida para o Irani. Acamparam num galpão, onde aguardariam a ressurreição. Em poucos dias, o arranchamento feito próximo à casa de Francisco Ventura ganhou ares de vilarejo, aumentando dia após dia o número de habitantes. Segundo Vinhas de Queiroz, encontravam-se no local mais de 300 pessoas. Estava ressurgindo a “cidade santa de Taquaruçu”.¹⁰ Dela saíram uma série de instruções e normas que iriam reger a vida dos moradores nestes redutos. Entre outras orientações, uma identificava como “irmão” quem raspasse a cabeça e andasse com fita branca no chapéu.

Foram instituídas as Formas e o Quadro Santo, a partilha dos bens entre seus membros e a obediência ao representante de José Maria. Recriaram-se os Pares de França para prestarem auxílio nas solenidades. As atribuições dos Pares de França se modificariam a partir da cidade santa de Caraguatá. Inicialmente eram os intermediários entre os videntes e o povo, cumprindo papel religioso. No encontro místico, durante as Formas, eram repassadas as ordens que supostamente recebiam de José Maria.

Nem mesmo a intermediação de Frei Rogério¹¹ foi suficiente para a dispersão dos moradores de Taquaruçu. As tropas do exército e da força policial catarinense se prepararam para uma intervenção armada. O primeiro ataque a Taquaruçu, traçado por Gustavo Lebon Régis, estava sendo organizado com três frentes que deveriam convergir sobre o reduto, atacando-o simultaneamente. Além dos soldados do exército, contavam com reforços de civis locais ou vaqueanos. A investida em conjunto ocorreu no dia 28 de dezembro de 1913. Das forças que atacaram o reduto, a que partiu de Campos Novos nem chegou ao objetivo e retirou-se em pânico. A de Caçador, após rápido tiroteio, debandou e, a de Curitiba, lançou-se ao combate, mas desconhecendo o terreno e emboscada pelos flancos, também foi obrigada a retroceder.

Com a vitória relativamente fácil sobre as forças do governo, o entusiasmo redobrou e aumentou a crença no exército encantado. O número de armas e de pessoas tornou-se maior. A atitude dos sertanejos diante dos inimigos mortos mudou no decorrer da guerra. Um soldado prisioneiro, que veio a morrer no reduto, neste combate, foi enterrado com cerimônias religiosas; já em Caraguatá, os inimigos mortos foram desenterrados e trucidados.

Dois fatos importantes antecedem o segundo ataque a Taquaruçu. Um deles foi o pedido de *Habeas Corpus* em favor dos sertanejos, solicitado junto ao Supremo Tribunal Federal pelo advogado Diocleciano Martyr. Foi negado diante da argumentação do governador catarinense, Vidal Ramos. Outro foi a

missão do Deputado Federal Manoel Correia de Freitas, que se empenhou na tentativa de resolver o impasse pacificamente. Nos arredores de Curitiba, o deputado conferenciou com o comandante das forças, Tenente-Coronel Aleluia Pires, solicitando que não atacassem o reduto novamente antes do seu retorno, pois tentaria uma dissolução pacífica. Correia de Freitas esteve em Taquaruçu, onde ainda estavam cerca de seiscentas pessoas, depois seguiu para Caraguatá. As tentativas de dissolução frustraram-se. Sabe-se que, enquanto o deputado retornava de Caraguatá, os canhões arrasavam Taquaruçu.

No dia 8 de fevereiro de 1914, aproximadamente 700 soldados, atacaram e arrasaram o impotente reduto de Taquaruçu. Segundo Felipe, alguns homens “estavam colhendo uma plantação de feijão nos arredores. Por lá ficaram na lida, acreditando que se não dessem mostras de hostilidades não seriam atacados”.¹² Mas não foi isso que aconteceu. O médico do Exército, testemunha ocular do fato, assim descreve a cena:

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era tremendo: grande número de cadáveres, calculados por uns em 40 e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos, bois, cavalos, juncavam o chão; casas queimadas ruíam por toda a parte. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desdobrava aos olhos do espectador: pavor dos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto.¹³

A destruição de Taquaruçu causou enorme revolta aos moradores de Caraguatá, pois muitos tinham parentes e amigos que foram mortos e tiveram seus ranchos destruídos. Os sobreviventes rumaram para Caraguatá, transtornados pelo ódio e desejo de vingança. Caraguatá, a nova cidade santa, localizava-se em Perdizes Grandes, cuja área estava na posse de Manoel Alves de Assunção Rocha, que era contestada. Escreveu Vinhas de Queiroz que a terra em questão havia sido recebida de um comerciante de Florianópolis “a título de pagamento de uma dívida”; a demarcação, contudo, não fora concluída.¹⁴

Em Caraguatá, surgiu a mais expressiva líder feminina, Maria Rosa, filha de um lavrador da Serra da Esperança. Ela “ouvia” José Maria e deliberava pareceres para os demais. Também liderou Elias Antônio de Moraes, juiz de paz do distrito de São Sebastião das Perdizes Grandes e major da Guarda Nacional. Amigo de Eusébio passou a ocupar papel de destaque no reduto e foi convidado para ser comandante. Ainda, Venuto Bahiano havia sido marinheiro da esquadra de guerra tendo desertado durante a Revolta da Armada, num porto em Santa Catarina. Tinha complicações com a justiça, por isso se escondia nas proximidades de Perdizes Grandes, aonde ninguém viria importuná-lo. Elias, sabedor das “qualidades de Venuto”, não hesitou em nomeá-lo “comandante de briga”. Na vila, a função dos Pares de França foi modificada. Venuto se

encarregou de selecionar os elementos que julgava necessários para continuar na função. Registra Felipe que:

logo destituiu os antigos e escolheu os novos Doze Pares de França para a formação de seu Estado Maior e da Oficialidade, por seu arrojo e espírito de belicosidade. Tratou também de selecionar entre os mais astutos um grupo de espíões, os quais foram distribuídos pelos arredores, estes por sua vez com poderes de arregimentar entre os moradores circunvizinhos, outros espias para reforçar o bando.¹⁵

Outra mudança significativa, em Caraguatá, foi a convocação para a entrada de novos elementos nos redutos. A persuasão era seguida pela coerção. Venuto se encarregava de sair pelos arredores arrebanhar gado, animais, armas, munições, mantimentos, e, principalmente, pessoas. Com isso, o número de habitantes aumentou consideravelmente, também com adesões espontâneas. As notícias que se espalhavam, animaram pessoas ansiosas para ver os supostos milagres que lá estariam ocorrendo: a virgem Maria Rosa “falava diretamente com José Maria” e transmitia suas mensagens ao povo. “Se o mundo acabasse, os habitantes da Cidade Santa seriam poupados. Só quem quisesse precisava trabalhar um pouquinho. No mais, era caçar, recolher mel de abelhas silvestres, cantar, rezar, passear, comer e dormir”.¹⁶ Os presságios de Maria Rosa e a competente ação dos “bombeiros”, espalhados nos arredores por Venuto, alertaram que as forças do governo se aproximavam. Os sertanejos preveniram-se.

Após a destruição de Taquaruçu as forças oficiais permaneceram na Estação do Rio Caçador. No dia 09 de março, marcharam sobre Caraguatá. Após tropeços por caminhos errados, a tropa avançou de encontro do reduto. As dificuldades para enfrentar os sertanejos foram manifestadas por Peixoto, ao afirmar que: “atiravam de dentro da espessura, sem serem vistos, pois cautelosamente se ocultavam nas esperas astutas”.¹⁷ Impossível prosseguir sem desalojar os atiradores escondidos na mata. Uma carga de baioneta no interior da floresta foi suicida, favoreceu os sertanejos que, armados de facões, entraram para o entrevero, deixando em pânico os soldados. O posto de socorro da retaguarda foi atacado. As forças foram obrigadas a recuar. Segundo Cerqueira, do lado do exército foram 26 mortos e 21 feridos. Sobre a tática de luta dos sertanejos, acrescenta: “os jagunços, quando nos atacavam, traziam sempre em uma das mãos, a Comblain ou Winchester, e na outra, o facão paraguaio, cuidadosamente afiado; o assalto era sempre a tiro, visando, entretanto, alcançar-nos a ferro frio, para o entrevero, no qual supunham tirar vantagem”.¹⁸

As vitórias sobre as forças do exército aumentavam o entusiasmo. Piquetes se espalham por todas as direções, pois era necessário arrebanhar

gado, mantimentos e armas. Na circunvizinhança, as famílias que não foram para os redutos, procuravam fugir. Os piquetes tornaram-se ameaçadores e não havia autoridades para contê-los. Após o combate, quando as forças oficiais se afastaram, os sertanejos desenterraram os inimigos e trucidaram os cadáveres dos 26 soldados mortos.

No reduto de Caraguatá houve uma epidemia de tifo, o que veio a apressar a mudança para os Campos do Bom Sossego, onde se erigiu a nova “cidade santa”. “Em poucos dias ergueram-se bairros inteiros de casebres improvisados de madeira, cobertos de palha”.¹⁹ As improvisadas ruas desembocavam numa praça central, onde inicialmente permaneceu a mesma formação de Caraguatá. Maria Rosa continuava com prestígio no âmbito religioso; Elias era o comandante geral e Venuto Bahiano o “comandante de briga”.

Em abril de 1914, o General Mesquita, veterano da Guerra de Canudos, foi nomeado comandante e incumbido de atacar Bom Sossego. Depois de um mês de preparativos, tendo conferenciado com o Padre José Lechner, vigário de União da Vitória, e obtendo informações sobre os redutos, o General concebeu um plano de ofensiva que consistiu num ataque simultâneo pelo norte e pelo sul. Divididos em duas colunas, a do sul partiu de Calmon sertão a dentro, chegou a Caraguatá e encontrou o reduto praticamente abandonado. Limitou-se a queimar os ranchos e, diante da inóspita mata, regressou. O General Mesquita, que acompanhava a coluna norte, partiu de Poço Preto e desceu o vale do Timbozinho rumo a Tamanduá. Inúmeras foram as dificuldades enfrentadas pela tropa, que era alvejada pelos sertanejos abrigados na mata. Conta que:

durante quase todo o trajeto, os soldados eram fustigados por atiradores invisíveis, escondidos no meio da floresta. De nada adiantava varrer os arredores a tiros de canhão, ou tirotear a esmo, ou ordenar descargas de fuzil contra a folhagem. Sistemáticamente os guerrilheiros caboclos iam espalhando a morte e o medo na tropa que avançava.²⁰

Com elevado número de baixas, as forças enfrentaram as guardas dos redutos de São Sebastião e Pinheiros, reforçadas por piquetes do reduto de Bom Sossego, que permaneceu intacto, uma vez que o General Mesquita resolveu regressar com a tropa e encerrar a campanha. O General escreveu em seu relatório:

Tendo cumprido a minha missão, solicitei o regresso das forças a quartéis por se acharem estas extenuadas, sem roupas, e grande parte atacada de reumatismo e bronquite, devido ao passar mal com a estação invernosa que se aproximava, chegando o termômetro nesta região a zero grau. Solicitei

também a minha exoneração, por ter concluído, como disse acima, a minha missão, não me competindo mais andar com Forças Federais à caça de bandidos, como capitão de mato do tempo da escravatura. Aos Governos do Paraná e Santa Catarina compete agora com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte a culpa é dos referidos Governos, que descaram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos, como o que acabo de aniquilar numa vitória inglória.²¹

O Capitão Matos Costa, entre outros, viu nos moradores dos redutos, não apenas ex-trabalhadores da ferrovia, mas toda sorte de explorados e marginalizados. Salienta o Capitão que:

[...] os ataques a Canoinhas são oriundos de baixa e repelente politicagem das competições pessoais. E que a falta de trabalho, o que deu como consequência a dispensa última de mais de mil empregados da estrada de ferro, a exploração dos régulos de aldeia, de parceria com inqualificáveis injustiças e arbitrariedades praticadas contra os habitantes dos sertões pelos caudilhetes que os exploram; a ausência de instrução preliminar, tudo isso tem contribuído poderosamente para essa anormalidade que há muito se verifica na parte infestada do território pátrio.²²

No reduto, Maria Rosa perdeu o comando e liderança para Francisco Alonso, que transferiu o reduto para Caçador. Ordenou aos moradores das vizinhanças que viessem de pronto para o reduto ou seriam considerados “peludos”. Pessoas de influência se engajaram e aderiram ao movimento, como Aleixo Gonçalves, Capitão da Guarda Nacional, com larga experiência militar; Bonifácio José dos Santos, antigo maragato e Antônio Tavares Júnior, de Canoinhas. Já em Curitiba, aderiram Paulino Pereira e os irmãos Sampaio, acompanhados de mais de 40 homens armados. Vinhas de Queiroz relata que o movimento, no auge da expansão, alcançou em torno de 20 mil sertanejos, reunidos nos redutos da vasta região do Contestado. Nesse período os ataques às vilas e fazendas eram constantes, com a morte de fazendeiros e saques e incêndios. A ação dos moradores dos redutos era difícil de prever e controlar, seja pela dimensão geográfica ou pela quantidade de sertanejos rebelados.

No início de setembro de 1914, partiu para União da Vitória um piquete, liderado por Francisco Alonso. Atacou Calmon e incendiou a filial da serraria *Lumber*, deixou rastros de destruição, matando, saqueando e incendiando.

Também atacou a estação de São João, matando um negociante local e deixando na porta da venda a inscrição:

Nos estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas força covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causador de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da Republica toca os filhos Brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para os estrangeiros, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos”.²³

Como se observa, o controle sobre a terra estava no centro do conflito. A terra negada a uns estaria sendo comercializada aos estrangeiros. Limpar a área de pessoas indesejadas parecia estar no horizonte das autoridades.

O governo federal, na intenção de acabar com a rebelião do Contestado, nomeou como comandante o veterano de Canudos General Setembrino de Carvalho e colocou à disposição do General, quase metade do exército republicano da época. Tratava-se de tarefa difícil, pois as constantes derrotas e a morte do Capitão Matos Costa espalharam pânico entre os soldados. A região conflagrada somava mais de 20 mil quilômetros quadrados, não havendo mapas oficiais capazes de localizar os redutos e as guardas, bem como era difícil saber o número de combatentes.

O General Setembrino ordenou um cerco de quatro frentes, avançando progressivamente e deixando os moradores sitiados. Em seguida, lançou um manifesto, solicitando que fossem depositadas as armas, com garantias e promessas de terras. Coincidentemente, no mesmo dia em que o General lançou o manifesto, a Vila de Curitiba foi atacada, sendo o cartório destruído e diversas casas queimadas. A primeira casa a virar cinzas foi a do coronel Albuquerque. Agostinho Saraiva, o Castelhana, comandou o piquete atacante.

Enquanto isso, ao norte, os revolucionários ocuparam Salseiro e em 29 de setembro atacaram a sede principal da *Lumber* em Três Barras. Sem sucesso, retiraram-se. Em outubro as forças oficiais iniciaram ofensiva na frente norte. O exército atacou piquetes e guardas localizados na área e, em contrapartida, os sertanejos emboscavam as tropas e, durante a noite, atacavam Canoinhas.

Na frente sul, o Tenente Coronel Dr. Francisco Raul D’Estillac Leal reocupou Curitiba. Na Frente Leste, tropas partiram de Rio Negro para a reocupação de Itaiópolis e Papanduva. Já a Frente Oeste restabeleceu a circulação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, passando efetivamente a protegê-la e impedindo o abastecimento dos redutos. Enquanto os acontecimentos colocavam a região em polvorosa, no reduto-mor de Caçador, ocorreram mudanças significativas. O comandante geral Francisco Alonso

foi morto no combate do Rio das Antas, em 2 de novembro de 1914 e seu posto foi ocupado por Adeodato Manoel Ramos, comandante que conduziu o movimento até o final.

Adeodato, em dezembro de 1914, ordenou que o reduto mor fosse transferido de Caçador para o Vale de Santa Maria, local que ficou marcado pelos seguidos combates e pelo grande número de mortes, ocorridas não apenas pelas armas, mas também pela fome e por doenças.

Espalhou-se o mito de que Santa Maria era o “chão sagrado” e que todos seriam imortais, pois “peludo” ali não chegaria. O pessoal de outras guardas e redutos, que iam sendo tomadas pelas forças legais, convergiram para Santa Maria, que chegou a ter, aproximadamente 5.000 habitantes. O antigo reduto-mor de Caçador transformou-se em guarda avançada de Santa Maria. Nos nove quilômetros que separavam o antigo e o novo reduto, surgiu um casario quase ininterrupto. Novas igrejas e praças foram sendo levantadas, “novos acampamentos surgiam de uma hora para outra: o reduto Maria Rosa, o dos Pares de França, o do Aleixo, o do Cemitério, o Cova da Morte”.²⁴

Foram meses seguidos de combates. Os vaqueanos e as forças legais atacaram e foram progressivamente se impondo. Os sertanejos resistiram a todo custo, recuando cada vez mais, sem impedir o cerco sobre Santa Maria. Os dias decisivos, de intensos combates, sucederam-se no final de março de 1916, quando o comandante Potiguara empreendeu a ousada marcha com a coluna norte, de Canoinhas até Santa Maria.

De Canoinhas a Santa Maria, calculou Potiguara que havia marchado 19 léguas (114 quilômetros) e nisto empregara dez dias, oito dos quais a ferro e fogo, em frequentes combates. Quando os exaustos soldados chegaram ao reduto-mor, quase uma quarta parte da força era distraída no comboio dos feridos: o número destes avizinhava-se de uma centena, alguns em estado grave; outros, moribundos.²⁵

Na tentativa desesperada de impedir a marcha de Potiguara, Adeodato ordenou que seus homens se concentrassem na ladeira da Serra para tentar o enfrentamento corpo a corpo. Os Pares de França entraram para o entrevero brandindo facões, possessos, sendo contidos somente pelos disparos dos soldados que os venceram. A destruição de Santa Maria ocorreu com o encontro das duas colunas, Norte e Sul, no centro do reduto. Em telegrama o Tenente Coronel D’Estillac Leal comunicou ao General Setembrino de Carvalho:

Tapera, 5-4-1915. Do Tamanduá a Santa Maria [...] foi tudo arrasado, subindo o número de casas queimadas para cinco mil. [...] O número de mortos que foi possível contar se eleva a seiscentos. [...] Não posso garantir que todos os

bandidos que infestam o contestado tenham desaparecido, mas a missão confiada ao Exército está cumprida.²⁶

O reduto de Santa Maria também foi marcado pela aguda fome que lá ocorreu, durante o cerco das forças federais. Muitos se entregaram às autoridades, já nos limites da resistência humana, bem como muitos pereceram pelos caminhos em tentativas desesperadas de fugas. Doenças castigaram os sertanejos: a mais grave foi uma epidemia de tifo, que ocorreu entre janeiro e fevereiro de 1915. A miséria e a fome tornaram-se insuportáveis. Os piquetes já não garantiam a sobrevivência. A destruição deste reduto marcou o fim da Campanha do Contestado, sob o comando do General Setembrino. O cerco do reduto de Santa Maria, do ponto de vista estratégico militar, representou a vitória sobre os “rebeldes desordeiros e impatrióticos”. Entre os que participaram do cerco militar havia um grupo significativo de brasileiros pobres e maltrapilhos, lutando desesperados contra a fome, doenças e o medo de fugir da punição capital praticada aos desertores. Desertar ou entregar-se poderia ter a mesma sorte, como registra a imprensa da época:

Da cadeia de Canoinhas eram retirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome.²⁷

Embora Adeodato tenha escapado com vida e continuado no comando por mais algum tempo, após a destruição de Santa Maria o derradeiro reduto foi o de São Miguel, localizado onde hoje se encontra a cidade de Timbó Grande. Com atitudes violentas e imprevisíveis Adeodato eliminou os demais líderes impondo-se ao grupo e quem vacilasse tentando desertar poderia pagar com a pena capital. Extrapolou em crueldade, proibiu choro e lamentações, onde até mesmo as viúvas tinham que ficar caladas, simplesmente porque “tinha que ser assim”.

A destruição do último reduto ocorreu em dezembro de 1915 e foi comandada pelo Capitão Euclides de Castro, da Força Pública de Santa Catarina. O Capitão contou com o apoio do vaqueano Lau Fernandes e de seus 100 homens armados. Os vaqueanos, na vanguarda, investiram de surpresa sobre o reduto, atirando sem cessar e deixando a população em pânico. A fuga desesperada fez com que muitos se precipitassem no rio Timbó. “Em meio da terrível confusão, enquanto as famílias corriam de um lado para o outro, alguns jagunços ainda tomaram das armas e tentaram uma resistência. Adeodato e uns 40 homens conseguiram montar a cavalo; fustigados pelos assaltantes, fugiram a galope”.²⁸ A destruição desse reduto não foi diferente das anteriores.

Cadáveres de homens, mulheres e crianças estavam espalhados por toda parte. Os soldados e vaqueanos recolheram os parcos pertences que encontraram e incendiaram os ranchos. Grupos de vaqueanos e os homens do Capitão Vieira da Rosa continuaram atuando na região, principalmente procurando pelos antigos moradores dos redutos que perambulavam a esmo, desnorteados e famintos. O Capitão, informado de que os sertanejos haviam sido dispersados, “mandou os piquetes trazer aquele povo que estava extraviado pelos matos. [...] Foram reunindo grupos de miseráveis que mal podiam caminhar”. Muitos eram executados ainda antes de chegarem a Perdizinhas. Alfredo Lemos relata que, de uma só vez, foram apartadas e fuziladas oitenta pessoas. “Chegando a Perdizinhas, começou ali a tragédia, muitos comiam e dormiam ali mesmo, e outros apartados para o açougue”.²⁹

Vinhas de Queiroz destaca que dos aproximadamente 20.000 sertanejos que viviam no território, em torno de 6.000 foram mortos, ou seja, de cada 10 três morreram a bala, por doença, fome ou degolamento. Aproximadamente 8.000 indivíduos eram “homens de briga”. As mulheres perfaziam aproximadamente o mesmo número. Entre crianças e velhos, somavam aproximadamente 3.000, ou seja, 16%.³⁰

A partir dos seus depoimentos se percebe que ficou marcada nos sertanejos a culpa pelo derramamento de sangue que envolveu a população da Região do Contestado no início do século passado. No contexto da guerra ou após, foram adjetivados como “pelados”, “jagunços”, “fanáticos”, como nos primeiros escritos sobre a Campanha do Contestado, quando eram denominados de “sertanejos”, “incautos”, “desordeiros”, “impatrióticos”, “facínoras”, etc.

Para os antigos moradores das cidades santas a guerra do Contestado não terminou em 1916. Paulo Pinheiro Machado destacou a mensagem de um telegrama trocado na etapa final do conflito, entre o General Setembrino e o governador catarinense Felipe Schmidt. Nele evidencia a intenção da Inspeção Federal de Povoamento e solo, ligada ao Ministério da Agricultura, de colocar estes ex-fanáticos nas terras da região. Tal possibilidade foi descartada, pois as colônias existentes estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus.³¹

Durante o conflito, a luta pela terra ficou exposta de várias formas. Em relatório militar é possível perceber claramente que o pioneiro processo colonizador da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* alijou os antigos moradores locais:

O encarregado da colônia de Rio das Antas teve proceder incorrecto na ocupação daquelles terrenos por parte da ‘Colonisation Company’. Ali foram summariamente expoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos annos eram posseiros das devolutas terras, nas margens do Rio do Peixe. Uma tal concessão influiu no

espírito sertanejo e muito mais o extravagante modo de executá-la, a ponto dos jagunços fazerem disso alarde para levantarem novos adeptos à revolução.³²

A palavra espoliação é corrente no relato, quando o referido autor prossegue apontando o contexto do início das atividades colonizadoras e o impacto na população local. Afirma que “houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar a miséria”.³³ Colocada como pano de fundo nos discursos governamentais, a ideia de progresso buscava justificar a expansão do capital internacional na região. Na prática, o referido progresso gerou desapropriações e os moradores revoltados preferiam “tornar-se inimigos do governo que sancionava o acto, expedindo depois fôrças do Exército para combatê-los”.³⁴

Assim, culpar os revoltados sob o rótulo de “fanáticos” significava desconsiderar as circunstâncias daquele contexto histórico. É importante situar os condicionantes desta guerra fratricida a partir da intervenção da *Brazil Railway Company* com a construção da ferrovia, a exploração comercial madeireira e, principalmente, pelos projetos de colonização das terras da região do Contestado.

A militarização da região imposta com a guerra continuou no contexto da colonização, pois após a campanha do exército ainda se observava que o Capitão Vieira da Rosa comandava grupos volantes que impediam a ação dos homens de Adeodato. Sob as ordens do Capitão, havia cerca de 1000 homens, sendo que 427 eram soldados e mais ou menos 500 civis, distribuídos num círculo de 120 quilômetros, aproximadamente.³⁵

Este aparato servia para que se efetivasse o projeto do estado que não escondia o anseio de “ocupar efetivamente” as vastas áreas de terras, com “elementos de progresso”, como se pode observar no contexto da própria Guerra, mas principalmente no período imediatamente posterior.

A COLONIZAÇÃO NO “SERTÃO CATARINENSE”

A região do Contestado fazia parte daquelas que constituíam o “sertão improdutivo e mal aproveitado”, na ótica dos governantes brasileiros e catarinenses. A concessão de grande faixa de terra à Companhia do Grupo Farquhar às margens da ferrovia, também fora feita com o intento da colonização. Tal situação logo ficou clara, tendo em vista que a companhia iniciou a colonização, próximo à ferrovia, com imigrantes poloneses, ucranianos e, mais tarde, em todo o vale do rio do Peixe, com italianos, alemães e outros grupos de imigrantes ou seus descendentes.

O processo de colonização da região iniciou antes mesmo da conclusão da ferrovia e da guerra do Contestado. Com o Decreto 6.455, de 16 de abril de 1907, o Ministro Miguel Calmon, da pasta de Indústria, Viação e Obras Públicas, expediu também o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro. Referindo-se aos fins do regulamento o Ministro evidenciava a necessidade da “introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no País, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas”.³⁶

Silva analisa diversas demandas judiciais e ações que envolveram o processo de colonização da região do Contestado, das áreas concedidas para a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias, também expõe a situação problemática que se criou em decorrência desse processo. A referida empresa teve participação marcante na colonização, seja na criação de colônias por suas empresas subsidiárias *Brazil Development Colonization Company* e *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, seja indiretamente por “contratos com empresas particulares que assumiam os serviços de colonização das terras obtidas por concessão do Governo Federal”.³⁷

Para as autoridades estaduais, preocupavam as áreas pouco povoadas e distantes, sendo o tema da imigração e da colonização bastante recorrente no início do século XX, evidenciado em vários documentos, como na Mensagem do governo ao Congresso Representativo, em 1907.

A imigração e colonização são serviços indispensáveis em todo o país novo que precisa povoar o solo para cultivá-lo, porém requerem avultada soma de dinheiro que não comportam os nossos recursos orçamentários. O problema do povoamento do solo, que está hoje na ordem do dia, não me tem passado despercebido, quanto mais que o nosso Estado é um dos mais adequados a ser povoado pelo elemento europeu; a prova disto está em nossas ex-colônias que têm progredido admiravelmente. Para merecerem os favores da União, além a uberdade e área dos terrenos, é preciso que eles estejam situados às margens de estradas de ferro ou de rios navegados a vapor.³⁸

O início do século XX se caracterizou também pelo acirramento das disputas interestaduais, contexto em que diversas demarcações de terras foram feitas na região do Contestado, especialmente nas proximidades da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ao longo do vale do rio do Peixe.

Considerada símbolo de modernidade na época, a construção da ferrovia foi emblemática para explicar a expansão capitalista e provocou ainda mais a cobiça sobre o controle da terra em toda a região próxima da via. Da transformação da terra em mercadoria decorreram profundas mudanças. Sua comercialização por diversas companhias particulares de colonização abrangeu

desde o vale do rio do Peixe às margens da ferrovia, expandindo-se por todo o grande oeste de Santa Carina, ao longo da primeira metade do século.

O término da construção da ferrovia (1908-10) impulsionou o processo de colonização, intensificado a partir de Piratuba, porta de entrada dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul. O início do tráfego ferroviário, em 1911, também aumentou a tensão política entre os governos estaduais de Santa Catarina e do Paraná.

Salienta Silva que o processo de colonização ganhou impulso quando o Governo do Paraná expediu títulos de revalidação de concessão para a Companhia Estrada de Ferro, da área de 37.190 hectares na Colônia Rio Uruguai e da área de 40.399 hectares no Lajeado Leãozinho. Na Colônia Rio Capinzal a referida Companhia já havia iniciado a divisão dos lotes e a localização dos imigrantes. Reconhecimentos semelhantes ocorreram com áreas mais ao norte, nos atuais municípios de Videira e Caçador, nas quais também se estabeleceram colônias e fazendas, como a Bom Retiro, que depois se subdividiu em várias glebas. Além disso, a *Southern Brazil, Lumber Company* adquiriu o imóvel São Roque, com área de 51.691 hectares, onde foi instalada a madeireira da *Brazil Railway Company*, a qual foi queimada pelos sertanejos rebeldes durante a guerra do Contestado.³⁹

Na região do Contestado, assim como em todo o Oeste, o processo de colonização teve características peculiares. Ocorreu numa região considerada “escassamente povoada”, no entanto habitada por vários grupos, desde tempos longínquos. A expansão desse processo colocou tais grupos, com diferentes modos de vida, em contato com os que vinham de fora, decorrendo conflitos de diferentes naturezas.

No que tange à colonização, de um lado estavam, em geral, os intelectuais, as autoridades e a opinião pública, defendendo a necessidade de se efetivar a ocupação do “sertão vazio” e, por outro, as populações locais expropriadas de suas terras. Esse conflito era evidenciado de diferentes formas, mas cindia a população regional em dois segmentos: os grupos locais rotulados como “incivilizados, violentos, preguiçosos e atrasados”, em contraposição aos que chegavam ou poderiam chegar, vistos como “progressistas, ordeiros, construtores de um futuro promissor e propagadores da civilização”. De diversas formas essas representações apareceram com muita clareza e foram difundidas no contexto da Guerra e do processo de colonização.

Nas memórias de Frei Rogério Neuhaus pode-se observar como este se referiu ao povo da região do Contestado:

É que, com a ignorância religiosa quasi completa, o povo não sabia fazer nada. [...] pelo menos nos primeiros annos, não sabiam coisa alguma, nem mesmo o Padre nosso e a Ave Maria. [...] Quantas vezes, não insistia na necessidade de plantações, censurando severamente os que, por fanatismo

ou por movimentos revolucionários, impediam o trabalho pacífico e assíduo da população!⁴⁰

O “não saber fazer nada”, da ótica do religioso, referia-se àquilo que o povo local “fazia”, mas não estava de acordo com sua perspectiva religiosa e com a expectativa de “progresso”, difundidas na época. Na mesma perspectiva, continua Frei Rogério se referido ao monge e aos seus seguidores afirmando que:

[...] a semente ruim, espalhada por este José Maria, produziu fructos bem tristes. Declarava elle que a confissão e as missas não valiam nada, e que o “Padre Nosso”, como os padres o rezavam, não estava direito. Elle distribuia orações entre o povo que não tinham sentido algum. Por suas palavras e por seu modo de proceder, subminou a autoridade dos sacerdotes e do governo. [...] Algumas pessoas morreram. O actual Governador de Santa Catharina em pessoa viu os tristes resultados de um povo fanatizado por falsos prophetas como João Maria e o malvado desertor que se intitulou São Miguel. Reprehendi muito aquelle povo que se deixára illudir. Deveriam ouvir aos padres, ao vigário, enviados por Deus para ensinar, mas nunca para andar atraz dum sujeito que andava illudindo o povo, como João Maria e seus sequazes.⁴¹

Tais representações acerca das populações que ocupavam o interior eram difundidas desde o final do século XIX, especialmente no contexto da crise da escravidão e com o aumento do ingresso de imigrantes no país. São facilmente percebidas nos diferentes documentos que se referem ao “sertão catarinense” no transcurso da primeira metade do século XX. Nesse sentido é emblemático o entendimento de Elias e Scotson⁴² quando se referem aos contatos entre os estabelecidos e os *outsiders*. Destacam que os membros do grupo que se considerava mais forte se autoatribuíam características humanas superiores, pensava-se a si mesmo e se autorrepresentava como humanamente superior.

Tal forma de perceber os diferentes grupos cindindo-os entre população desejável e indesejável, violenta e pacífica, atrasada e progressista, entre outros, é bastante corrente no contexto da guerra do Contestado e da colonização regional. Percebe-se que o ingresso de imigrantes, com o intuito de fomentar a colonização também era defendido pelas autoridades de Santa Catarina, como no Relatório enviado ao Congresso em 1913, em que se afirma:

A nossa população cresce dia a dia. A colonização empreendida pelo Governo Federal e as construções de estradas de ferro fazem afluir ao Estado, milhares de

indivíduos que aglomerados em zonas longínquas e outrora quase desertas, reclamam a assistência da força pública, como elemento indispensável de ordem e segurança.⁴³

Referências à ferrovia ou às estradas, como condição para o avanço da colonização, eram bastante frequentes. Nesse sentido a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande foi emblemática sempre que se reporta à colonização e à exploração das áreas próximas. Também são frequentes as alusões às estradas que ligavam as vilas e a ferrovia, especialmente quando se tratava da divulgação da venda das terras.

Se por um lado a Guerra criou um ambiente desfavorável à colonização das áreas do Contestado, por outro, fez diminuir a resistência das populações locais, não apenas nos anos da Guerra, mas também nos seguintes, dada a presença da força pública que intimidava e impedia a reorganização do movimento, mantendo “limpas” as áreas que eram vendidas aos colonizadores.

A ferrovia, assim como as demais estradas, era apresentada como importante meio para atrair migrantes à suas proximidades. Serviu para impulsionar a especulação imobiliária das terras do sertão Contestado. Seriam elas que possibilitariam o aproveitamento das riquezas naturais e o desenvolvimento da agricultura. Ao longo das primeiras décadas do século essa percepção é sempre bastante evidente, inclusive na imprensa. Numa matéria do jornal afirmava-se que “um perigo que ameaça aos homens trabalhadores e ordeiros”, os quais estariam descontentes pelo fato do Brasil comprar produtos agrícolas do exterior. Para enfrentar isso era necessário tornar as terras agrícolas mais produtivas, inclusive entre os agricultores do vale do rio do Peixe, pois:

Quem viaja pela ferrovia estranha que encontram-se quilômetros e mais quilômetros de mata virgem beirando a linha férrea. Qualquer estrangeiro que viajar nesta zona tem que pensar: “Si a margem da via férrea há viveiros para tigres, o que pode-se encontrar à distancia de 20 a 30 quilômetros de linha?” Naturalmente a opinião do tal estrangeiro não será muito favorável a nosso respeito: ele pode escrever o seu país que somos uma nação que apenas nas cidades dá mostras de gente civilizada.⁴⁴

“Tornar produtiva” significava fazer com que os “quilômetros e quilômetros de mata virgem” não servissem de “viveiros para tigres” e sim dessem lugar às plantações, pois elas seriam “mostras da civilização”. Em geral representações dessa natureza foram amplamente difundidas e relacionam os “bons trabalhadores” aos migrantes de origem europeia, em contraposição aos trabalhadores das populações locais, ligados à estagnação e ao atraso. São observadas nos diversos tipos de documentos e em especial pela memória oral, perdurando por longo tempo na região, refletindo-se até o presente.

A Guerra do Contestado também serviu para acirrar tais representações, percebidas pelos inúmeros adjetivos referentes à região contestada e as suas populações. “Despovoada, improdutiva, mal aproveitada”, assim como a necessidade de “exterminar o banditismo nos sertões”, “estabelecer a ordem”, “garantir a segurança pública”. Na Mensagem do governo catarinense, em 1915, quando se reporta às terras próximas da ferrovia, destaca que se tratava de:

Região prodigiosamente ferazes onde intensas riquezas ansiosamente aguardam o contingente-homem, o concurso de uma população mais densa, está indeclinavelmente destinada, não muito remotamente, a fruir dos mesmos benefícios que levaram o Estado de Santa Catarina a uma prosperidade emudecedora dos cétricos e dos descrentes. [...] Estou convencido de que não ficareis impassíveis ante os inúmeros problemas que reclamam a vossa esclarecida atenção, para que a zona que me venho referindo tenha integral o seu aproveitamento.⁴⁵

As Mensagens do governo catarinense, principalmente da segunda e terceira décadas do século XX, destinam espaço significativo para expor a situação da região contestada. Na ótica do governo a ocupação efetiva dessa “vastidão” de terras incorporadas pelo acordo iria fomentar a riqueza pública. Sugeria-se que essa ocupação se fizesse a exemplo das primeiras experiências de colônias de imigrantes, os quais seriam “denodados trabalhadores” que teriam construído as principais cidades do estado. Para superar os graves acontecimentos decorrentes do Contestado, seria urgente instalar a autoridade e garantir um “regime de ordem, de civilização, de segurança e de justiça”, considerando a existência de uma “população adventícia entregue a si mesma”. Por isso as concessões de terras, assim como a construção de estradas, eram feitas para promover o povoamento das “zonas desertas e incultas” e ligá-las às “zonas produtoras, aos pontos consumidores e aos portos de escoamento”. Salienta que a “luta de fanáticos desorganizou o trabalho não só na região serrana, como também paralisou o serviço de colonização que a São Paulo-Rio Grande tão auspiciosamente iniciara em Rio das Antas e outros pontos”.⁴⁶

Quando se refere à região incorporada ao estado por força do acordo de limites, ou às áreas próximas à ferrovia, de modo geral, as Mensagens do governo catarinense evidenciam que as ações públicas eram feitas no sentido de “fixar os colonos ao solo”. Para tal facilitava-se as concessões de terras às empresas de colonização e buscava-se favorecer a construção de estradas secundárias que ligassem à ferrovia ou a outras vilas. Muitas dessas terras, que as empresas passaram a controlar, eram pagas ao estado com prestação de serviços, pela construção de estradas.

Observa-se nas Mensagens, especialmente as mais próximas ao período do conflito, a existência de várias referências acerca de quem seria o elemento indesejado, assim como o desejado para a ocupação das novas áreas catarinenses. Refletem em grande parte as discussões que se faziam no país no período, ligadas à necessidade de “modernizar o Brasil”. Para tal os “vazios territoriais” preocupavam governantes e opinião pública. A necessidade de “conquistar e desbravar o sertão” e de “civilizar” suas populações era evidenciada. Tais ideias se refletiam com frequência também em Santa Catarina, em especial quando se reportava à existência de “terras não aproveitadas” ou da necessidade de povoar aqueles espaços. Essa percepção da realidade está geralmente associada à modernização do Brasil. Que ações seriam necessárias para efetivamente “modernizar” e “civilizar” o Brasil? De que forma o colocaria nos trilhos da modernidade?

As ações do governo catarinense, especialmente quando se reporta às novas terras da região do Contestado eram justificadas nessa perspectiva. Referindo-se à “ordem pública” ressalta que:

Apenas nos municípios de Cruzeiro e Chapecó, por motivo de perturbações neles ocorridas, exigiram a presença da primeira autoridade policial. Isso realça assaz os já reconhecidos foros de povo ordeiro, laborioso, amigo da paz e respeitador das leis, que cabem sem favores aos catarinenses. E quando por efeito da conquista permanente da civilização, desaparecerem daquelas longínquas paragens elementos que o fanatismo outrora criou, teremos em toda a extensão do nosso território a calma que só o trabalho produz, garantindo assim todos os direitos, levando a prosperidade a todos os recantos.⁴⁷

Na perspectiva do poder público, como se observa, só o trabalho seria capaz de produzir a civilização almejada na época e, para tal, “os elementos que o fanatismo criou” necessitariam desaparecer da região. Essa percepção é manifestada de diferentes formas no início do século XX, quando se refere à Guerra e à ocupação das terras. Havia preocupação constante das autoridades quanto à necessidade de apressar o processo de colonização. As Mensagens anuais do governo catarinense são bastante incisivas nesse sentido. Também evidenciam preocupações concernentes à criação de infraestrutura na região que facilitasse tal processo. Colocava-se essa urgência para justificar determinadas práticas do próprio governo, como era o caso do pagamento de terras ao estado. Com isso, os empresários da colonização não imobilizavam capitais e, amortizavam sua dívida, com a construção de estradas.

Em certo sentido a concessão de terra ao longo da ferrovia à empresa construtora, repedia-se às várias companhias de colonização que, ao adquirirem

terras do estado, efetivavam ao menos parte do pagamento em prestação de serviço. O governo alegava que desta forma “ligava a viação à colonização”, permitindo que as terras tivessem “aproveitamento imediato” e a produção mais facilmente escoada.

A estratégia de aproveitamento das terras mereceu bastante ênfase no período. Sobre o seu aproveitamento, afirmava-se na Mensagem de 1920, que elas “vão sendo cortadas por extensas e magníficas estradas de rodagem, junto às quais já se estão localizando novos e abundantes elementos de trabalho”. Também que com essa estratégia “se vai fazendo o aproveitamento imediato de uma grande riqueza até agora inativa, sem onerar a despesa pública com encargos impossíveis”. Ressalta, ainda, que o Governo Federal buscava “dirigir para estados do Sul do Brasil os imigrantes europeus, que ora tornam a demandar terras brasileiras”.⁴⁸ Isso se somaria à prática que as empresas particulares de colonização também faziam. No ano seguinte esse entendimento foi reforçado quando se afirmava: “transformamos assim em moeda a terra inculta, e sobre essa mesma moeda recebemos oportunamente juros de duas naturezas: o imposto territorial e a riqueza do povo”.⁴⁹

Nesse contexto também aparecia com frequência a preocupação quanto a atração de colonizadores para as terras do interior catarinense. A visita ao Estado do Embaixador da Itália teria servido para realizar tratativas no intuito de facilitar a imigração de trabalhadores.

As negociações em torno do assunto prosseguem satisfatoriamente, sendo de esperar que, em breve tempo, se de início ao aproveitamento efetivo e em grande escala das nossas terras por trabalhadores italianos escolhidos e acostumados ao amanho do solo.⁵⁰

A percepção dos governos catarinenses demonstra a relação entre a existência da grande quantidade de “terras devolutas” com suas “imensas riquezas” e a necessidade de que as mesmas fossem efetivamente aproveitadas. Quem deveria impulsionar esse processo? Raramente são consideradas as populações locais para tal. Elas são colocadas como motivo de preocupação, pois “perturbavam a ordem pública”. Nesse sentido se referia com frequência ao recém criado município de Cruzeiro nas proximidades da ferrovia e os constantes atos perturbadores da ordem que ameaçavam os núcleos coloniais. Por outro lado se destaca a “pronta ação” da força pública e da autoridade policial para impor a ordem.

Mas os revolucionários lançaram mão de todos os elementos e é contra esses elementos, dados ao saque e ao assassinio, que devemos tomar as necessárias medidas preventivas. Para realizar esse “desideratum”, o Governo pensa em

guarnecer principalmente a região de São Paulo-Rio Grande, de maneira que as populações que, em tão rica parte do Estado se entregam ao trabalho, sintam que o poder público lhes garante a propriedade e a vida, para que prosperem em um ambiente de ordem, de paz e de justiça.

O Governo tem o empenho sincero de garantir o exercício de todos os direitos e de todas as atividades boas, esperando dos seus jurisdicionados, correspondência leal a esses intuitos, para que não se quebre a disciplina social, que é a razão de ser de todas as civilizações organizadas e prosperas.⁵¹

As representações difundidas acerca dos diferentes grupos também serviram para motivar e nutrir o conflito entre eles. Ao longo do processo de colonização da região contestada tais tensões apareceram e se manifestaram de inúmeras maneiras, mais explícitas ou veladas. As questões emergidas das discussões acerca da posse, do uso e da propriedade da terra, possivelmente sejam as mais emblemáticas para expressar essa tensão. Serviram para justificar a forma como se deu o processo de apropriação privada da terra e da colonização, efetivado na perspectiva de “progresso” difundida ao longo das primeiras décadas do século passado. Ao cindirem a sociedade entre os considerados bons para tal intento e os que representavam o atraso, contribuíram sobremaneira para manter as populações locais distantes do direito sobre a terra.

Vista na perspectiva da expansão capitalista na região, a guerra do Contestado promoveu uma ampla “limpeza” na região de sua abrangência o que serviu para garantir o avanço da exploração madeireira, da comercialização da terra e do avanço do processo de colonização.

NOTAS

¹ MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do Novo Século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria: interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Nacional, 1960.

³ VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁴ MONTEIRO, op. cit., p. 81.

⁵ PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro: 1916. p. 125.

⁶ CABRAL, op. cit., p. 181.

⁷ Ibidem, p. 183.

⁸ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 106-107.

⁹ Ibidem, p. 105.

¹⁰ Ibidem, p. 125.

¹¹ Frei Rogério Neuhaus era um padre Franciscano alemão que atuou no planalto serrano entre as décadas de 1890 e 1920.

¹² FELIPPE, Euclides José. *O último jagunço*. Curitiba: UnC, 1995. p. 141.

¹³ CERQUEIRA, Alves. *A jornada de Taquarussu*. Rio de Janeiro: Nova Edição, 1936, p. 20.

¹⁴ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 146.

¹⁵ FELIPPE, op. cit., p. 149.

¹⁶ Ibidem, p. 152.

¹⁷ PEIXOTO, op. cit., p. 172.

¹⁸ CERQUEIRA, op. cit., p. 37.

¹⁹ FELIPPE, op. cit., p. 170.

²⁰ SOARES, J. O. Pinto. *Guerra em sertões brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931. p. 70.

²¹ Ibidem, p. 72.

²² VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 80-81.

²³ PEIXOTO, op. cit., p. 74.

²⁴ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 67.

²⁵ Ibidem, p. 259.

²⁶ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916. p. 132.

²⁷ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 18 maio 1915.

²⁸ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 277.

²⁹ LEMOS, Alfredo de Oliveira; LEMOS, Zélia A. *A História dos fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos: 1913-1916*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1989. p. 73-74.

³⁰ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 199-200.

³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 234.

³² PEIXOTO, op. cit., p. 296-297.

³³ Ibidem, p. 297.

³⁴ Ibidem.

³⁵ VINHAS DE QUEIROZ, op. cit., p. 257.

³⁶ Programa Farquhar (Arquivo Nacional): empresas subsidiárias organizadas com o propósito de fomentar o desenvolvimento das regiões atravessadas pelas linhas ferroviárias incorporadas com capitais fornecidos pela Brazil Railway Company (Southern Brazil Lumber Company, Southern Brazil Colonization Company, Brazil Land, Cattle and Packing Company).

³⁷ SILVA, Rosangela Cavallazzi da. *Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada: um estudo da “Brazil Railway Company” no Meio-oeste catarinense*. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983. p. 78.

³⁸ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado ao Congresso Representativo. Florianópolis: Tipografia d’O Dia, 5 de agosto de 1907. p. 7.

³⁹ SILVA, op. cit., p. 80 e 91.

⁴⁰ SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1934. p. 107 e 119.

⁴¹ Ibidem, p. 234, 240-241.

⁴² ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 19.

⁴³ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis: Tipografia d’O Dia, 24 jul. 1913. p. 23.

⁴⁴ *Cruzeiro* (Jornal). Aos lavradores do Vale do Rio do Peixe. *Cruzeiro* (Joaçaba), 11 mar. 1934. p. 5.

⁴⁵ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo Major João Guimarães Pinto, Presidente do Congresso, no exercício do cargo de Governador. Florianópolis, Tipografia d’O Dia, 29 jul. 1915. p. 10.

⁴⁶ Cf. GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada por Felipe Schimdt, Governador do Estado, ao Congresso Representativo. 14 ago. 1917. p. 8-9, 23, 70-74.

⁴⁷ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, Por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador. 22 jul. 1920. p. 30-31.

⁴⁸ Ibidem, p. 47.

⁴⁹ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, Por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 jul. 1921, p. 37.

⁵⁰ Idem, 1920, op. cit., p. 48.

⁵¹ Idem. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva Oliveira, Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 jul. 1925. p. 16.

Artigo recebido em dezembro de 2012. Aceito em dezembro de 2012.